



Gilberto Freyre e a revolução brasileira

Ricardo Shiota¹

Resumo

Lastreado na história das ideias, o artigo em tela objetiva reconstruir os posicionamentos de Gilberto Freyre acerca da categoria revolução brasileira. Esta categoria tem sido usada por diversos intelectuais no Brasil republicano a partir de critérios distintos. Ao posicionar-se sobre a mesma, ainda que pelo silêncio, crítica ou defesa de uma “revolução-conservadora”, mostro a concordância entre este posicionamento político e a interpretação do Brasil tecida pelo mestre de Apipucos.

Palavras-chave: Gilberto Freyre. Revolução brasileira. Classes dominantes.

Gilberto Freyre y la revolución brasileña

Resumen

Com base en la historia de las ideas, el artículo objetiva reconstruir los posicionamientos de Gilberto Freyre acerca de la categoría revolución brasileña. Esta categoría ha sido usada por diversos intelectuales en el Brasil republicano a partir de criterios distintos. Al posicionarse sobre la misma, aunque por el silencio, crítica o defensa de una "revolución-conservadora", muestro la concordancia entre este posicionamiento político y la interpretación del Brasil tejida por el maestro de Apipucos.

Palabras-claves: Gilberto Freyre. Revolução brasileira. Classes dominantes.

Gilberto Freyre and the Brazilian revolution

Summary

Founded in the history of ideas, this article aims to reconstruct the positions of Gilberto Freyre regarding the Brazilian revolution category. Such category has been used by several intellectuals in Republican Brazil based on different criteria. Positioning on it, although by silence, criticism or defense of a ‘conservative revolution’, I show the agreement between this political position and the interpretation of Brazil given by the master of Apipucos.

Keywords: Gilberto Freyre. Brazilian revolution. Dominant Classes.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista Capes/PNPD pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Introdução

Os livros bem como o conjunto da obra de Gilberto Freyre² tem sido objeto de análise de uma historiografia que salienta, mediante a publicação de livros, ensaios, capítulos de livros e de artigos, a importância deste autor para a compreensão da formação da sociedade brasileira (ARAÚJO, 1994; BASTOS, 1994), além de destacar inúmeros temas e problemas contemplados por essa obra.

A despeito da vasta fortuna crítica, existem problemas pouco iluminados na trilogia de Freyre (1975[1933]; 1977[1936]; 2004 [1956]). Como ele se posiciona em relação à questão da revolução brasileira? Por quê? Como via as classes dominantes? Afora o artigo de Maia (2004) que, dedicado à compreensão “do sentido, localização e andamento dessa revolução” em livros de Freyre, Holanda e Fernandes, reconstrói de forma breve e compara os argumentos desses autores em vista de contrariar a afirmação de que no Brasil não houve verdadeira revolução, o problema continua aberto para novas análises.

Nesse sentido, o presente artigo, além de reconstruir os argumentos de Freyre a cerca da problemática da revolução no Brasil, busca mostrar o modo pelo qual essa reconstrução é uma reação à categoria revolução brasileira e como os posicionamentos políticos do autor estão em sintonia com a interpretação que tece da sociedade brasileira e com os interesses dos latifundiários.

Para alcançar o objetivo proposto, esse artigo se fundamenta no contextualismo linguístico de Skinner (2007), o qual problematiza as condições semânticas de produção ou o contexto de emergência da obra. Skinner (1996, 2007) defende que os enunciados devem ser julgados em relação a um conjunto de crenças e convenções e não de “fatos objetivos”. Não obstante Skinner não descarta a alusão à história política de cada sociedade, a qual impõe os problemas para o pensamento político-social. Assim, a compreensão do sentido dos textos exige situar no:

²O mestre de Apipucos (1900-1987) teve uma educação esmerada. De Recife, como era costume das oligarquias locais, foi estudar fora do país. Partiu para os EUA, onde se tornou bacharel em ciências políticas e sociais pela Universidade de Baylor, Texas, aos vinte anos de idade. Também fez pós-graduação em ciências políticas, jurídicas e sociais pela Universidade de Columbia, também nos Estados Unidos. Gilberto Freyre se autodenominava escritor, além de vasta obra publicada – como a mais conhecida, de 1933, *Casa Grande e Senzala* –, colaborou com diversos órgãos de imprensa, divulgando autores estrangeiros ainda desconhecidos. Também, foi professor de sociologia, entre 1928 e 1935. E foi deputado federal por Pernambuco, na legenda da União Democrática Nacional, de 1946 a 1951. Adepto do movimento empresarial-militar que suplantou o presidente João Goulart em 1964, a convite do presidente general Emílio Médici, Freyre passou a integrar, em 1969, o Conselho Federal de Cultura. Cf. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gilberto_freyre. Acesso em 10/02/2014.

(...) contexto intelectual em que foram concebidos os principais textos - o contexto das obras anteriores e dos axiomas herdados a propósito da sociedade política, bem como o contexto das contribuições mais efêmeras da mesma época ao pensamento social e político. Pois é evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas (SKINNER, 1996, p.11).

Skinner se interessa pelas continuidades, apesar de assinalar instabilidades semânticas. Todavia, também considero as discontinuidades existentes nos diferentes usos e os contextos específicos de enunciação.

Para dar conta das questões propostas, dividirei o artigo em três partes. Na primeira são apresentados os diferentes usos da categoria revolução brasileira. Na segunda são mostrados os posicionamentos de Freyre em relação à mesma e os argumentos nos quais se apoia. Por fim, faço breves considerações finais e uma rápida elucidação com vistas a explicar o sentido da apologética de Freyre do oximoro “revolução-conservadora”.

Um tesouro do pensamento político indígena

A categoria revolução brasileira surge no final do século XIX associada ao desenvolvimento capitalista industrial brasileiro. A expressão aparece como título de livro logo após a Abolição da escravidão. Embora possa ter sido empregada antes de 1890, é neste momento histórico que surge como categoria histórica articulada a um contexto de enunciação peculiar, o golpe das forças armadas que deu origem à República – primeira experiência dos militares no poder estatal.

O livro do doutor Urias da Silveira, o primeiro a empregá-la, defende uma concepção republicana que consiste no seguinte:

[...] a lei, a justiça, a igualdade para todos, a extinção dos privilégios, a unidade do povo, a soberania absoluta da nação, o progresso contínuo, o arrimo dos fracos e desherdados, a independência dos espíritos e dos corpos, a abolição de todas as especíes de tyrantias [sic]. (SILVEIRA, 1890, 53).

A categoria revolução brasileira foi criada por Urias Antônio da Silveira em 1890 para se referir ao golpe militar que deu origem à república brasileira. Ela foi usada com base em um critério republicano radical nas suas promessas para o contexto brasileiro da época, contribuiu para criar uma narrativa política sobre os acontecimentos ocorridos e vindouros, para enaltecer o protagonismo político das forças armadas (Exército e Armada) no Brasil.

Mais tarde, em outro contexto, Juarez Távora (1927) publica outro livro contendo a categoria em seu título. A segunda revolta tenentista, de São Paulo em 1924, contou com participação do autor que, três anos depois, publicou suas memórias atribuindo ao episódio o caráter de uma “revolução”. Essa identificação entre golpes armados e revolução se repete no episódio político ocorrido em 1930, com a tomada do poder de Estado por Getúlio Vargas com apoio das forças armadas, nos livros de Amilcar Salgado dos Santos (1931) e Diniz Junior (1938). A reação paulista de 1932 também foi designada pelos protagonistas de “Revolução Constitucionalista”.

Entre 1931 e 1934, o professor da escola naval Ignácio Manuel Azevedo Amaral (1963) escreveu um livro publicado no ano de 1963 pela Marinha. O autor, ao identificar revolução com a “perturbação do equilíbrio” dos sistemas sociais, inspirado por uma visão de mundo positivista e organicista, não ultrapassou o *mainstream* da época, que consistia na identificação entre insurreição, golpes, movimentos armados e revolução (AMARAL, 1963: 16).

Durante o Estado Novo essa tendência continua na historiografia nos livros que contêm a categoria. Custódio José Mello (1938) associa os episódios históricos da “revolta da armada” de 1891 e 1893 com a revolução brasileira. Walter Spalding (1939) identifica a “revolução farroupilha” com a revolução brasileira. Sebastião Pagano (1938) equipara a “revolução pernambucana de 1817” com a revolução brasileira. Ruy Afonso (1942) defende a “revolução dos alfaiates” (1798) como sendo a primeira revolução social brasileira. Ainda durante o Estado Novo, no ano de 1940, o jornalista Danton Jobim (1940) compara o governo Vargas com o New Deal, enaltecendo os feitos do governo revolucionário que tomou o poder pelas armas.

Ao longo de 1890 a 1942, a categoria revolução brasileira portou uma semântica avançada e circulou de forma progressista, à luz das condições de cada época histórica, apenas nos usos de Silveira (1890) e Afonso (1940), não obstante a confusão que Silveira faz entre revolução e *Putsch*. Nos demais autores analisados, a categoria circulou de modo conservador, prevaleceu a confusão entre política e guerra, revolução e outros fenômenos sociais que se distinguem da mesma; manifestou moralismo, autoritarismo, reacionarismo e antipolitismo. Subjacente a essas formulações identifica-se uma concepção tradicional da história (*Historie*), na qual as histórias passadas são vistas como fontes de exemplo de vida que suscitem o objetivo de atuar imediatamente na realidade (KOSELLECK, 2006). É contra essas concepções que as considerações de Freyre (1977) se opõem inicialmente, ao pensar a revolu-

ção como um processo histórico de média e longa duração, para além de um motim ou quarte-lada. Mas, suas concepções também acabam por se opor à historiografia emergente.

No pós 1945, a categoria revolução brasileira em sintonia com as mudanças sociais do período, a exemplo da institucionalização das universidades e especialização do saber, adquire densidade teórica e passa a circular mediante usos progressistas e políticos com enfoques estruturais, mas sem deixar de considerar os agentes da transformação que buscava orientar e legitimar. Nesses diferentes usos há uma concepção moderna de história (*Geschichte*), na qual a mesma é apreendida de modo imanente, como totalidade. O passado deixava de ser exemplar e o futuro passou a ser apreendido como uma obra por se constituir (Koselleck, 2006). Diante da percepção do atraso, defendia-se a aceleração do desenvolvimento.

Nas contribuições de Sérgio Buarque de Holanda (1973), Nelson Werneck Sodré (1958), Álvaro Vieira Pinto (1960a; 1960b), Celso Furtado (1962); Guerreiro Ramos (1961; 1963), Pessoa de Moraes (1965) e Caio Prado Júnior (1966) a categoria revolução brasileira remete a um processo de revolução burguesa com renovação cultural, independência econômica, democracia e soberania nacional.

Assim, com o desenvolvimento capitalista, a categoria revolução brasileira muda. Adquire aportes teóricos e passa a ser usada para se referir a projetos de futuro, com base em diferentes critérios: superação do iberismo (HOLANDA, 1973); ruptura com o latifúndio e com o imperialismo na perspectiva do PCB; ampliação do regime democrático e estatização da exploração das riquezas nacionais (SODRÉ, 1958); consciência crítica e protagonismo das massas (PINTO, 1960a; 1960b); internalização dos “controles dos centros de decisão” (FURTADO, 1962); reforma política democrática e “atitude parentética” (RAMOS, 1961; 1963); suplantação do patriarcalismo (MORAIS, 1965); descolonização e sensibilidade para o concreto pensado (PRADO-JÚNIOR, 1966).

Ademais, o conceito também se transforma devido à polarização entre socialismo e capitalismo. Depois de a Revolução Cubana, em 1961, é reabilitada a semântica socialista da categoria revolução brasileira, que passa a ter como encaminhamento a transição socialista pela via pacífica ou armada.

Na elaboração de jovens militantes como Franklin Oliveira (1962a; 1962b), Theotonio dos Santos (1962) e Moisés Vinhas (1963), o processo poderia ocorrer de modo pacífico. Respectivamente foi usada como transição pacífica mediante os critérios direito de revolução e liberdade de viver; conhecimento dos inimigos do povo; e protagonismo de operários e camponeses. Já para Jamil Almansur Haddad (1961), Bolívar Costa (1962), Marcos Peri (1962) e Moniz Bandeira (1962), a revolução brasileira socialista ocorreria mediante meios

épicos, no sentido da transição violenta para o socialismo através dos critérios criação de um foco guerrilheiro, que desconsiderava a formação social brasileira, e a uma insurreição defensiva que a indeterminação dos eventos históricos tratou de inviabilizar.

Freyre, assim, permanece refratário a essas inovações nos usos da categoria.

Gilberto Freyre e a revolução brasileira

Gilberto Freyre (1968a) não deixou escapar o conceito de revolução, fez usos particulares deste conceito e polemiza tanto com Sérgio Buarque de Holanda, o qual usa como critério da revolução brasileira o suplante do legado patriarcal, quanto com a nova historiografia crítica, representada por Astrojildo Pereira, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior, para os quais o poder do Estado colonizador português teria sido mais decisivo que o poder patriarcal. Freyre não foi adepto nem usou a categoria revolução brasileira em sua trilogia. Usou apenas o conceito de revolução entendida como “revolução-conservadora”.

O “mestre de Apipucos” não se furtou ao debate da categoria revolução brasileira. No ano de 1963, o Brasil vivia uma crise política e econômica que se agravava em razão de o governo de João Goulart ter reconquistado o presidencialismo em uma conjuntura na qual defendia a implantação das reformas de base no Brasil. Gilberto Freyre ao prefaciar o livro de Pessoa Morais é elucidativo da polarização existente na sociedade brasileira naquele momento e na disputa semântica em torno do conceito de revolução e seu vocabulário pelos grupos e classes sociais.

O saber deste livro contrasta com o abstrato daqueles que pretendendo explicar a “realidade brasileira”, a “revolução brasileira”, o “desenvolvimento brasileiro”, o fazem de tal modo intoxicados por teorias absorvidas de autores estrangeiros, que a essas tentativas de explicação, ou seja, de iluminação de problemas obscuros, o que mais falta é – vá o paradoxo –, lucidez. A lucidez que falta aos intoxicados. E o Brasil agora é um país cheio de indivíduos intelectualmente bêbados, vítimas dos grandes porres verbais a que se entregam, abusando de palavras ou de termos de que se tornam morbidamente adeptos. Outra vez destaquem-se, entre essas palavras intoxicantes, “conscientização” e “alienação”. É que estão entre as responsáveis pelo maior número de delírios verbais, não só entre jovens incautos como entre mestres já aparentemente maduros, dentre alguns dos que pretendem orientar a juventude universitária com suas lições e preleções. Lições ou preleções caracterizadas por esta espécie perigosa de intoxicação: a verbal (FREYRE, 1965, p. 11).

De modo nítido, Freyre ataca particularmente os autores que comandavam o ISEB naquele período, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Além de um conjunto de

intelectuais e políticos nacionalistas de esquerda e professores universitários catedráticos como Florestan Fernandes, que não partilhava do credo nacionalista. O argumento utilizado por Freyre mobiliza a crítica recorrente no pensamento autoritário dos anos 1920, contra a importação de ideias, a saber, contra o liberalismo, o terceiro mundismo e o socialismo, ideários supostamente adversos às nossas tradições nacionais e ibéricas. A crítica de Freyre se endereçava aos intelectuais e políticos nacionalistas de esquerda do pós-guerra e ressoava para os demais adeptos das ideias avançadas do socialismo e do comunismo.

Sobretudo, a crítica de Freyre (1965) destinava-se aos nacionalistas que pretendiam acelerar o desenvolvimento capitalista nacional, via a reforma agrária, a taxaço dos lucros das empresas e do capital estrangeiro, a reforma urbana, tributária e um conjunto de medidas distributivas previstas pelas reformas de base. Para ele, as ideias desenvolvimentistas e nacionalistas são “retórica apegada a chavões já inexpressivamente submarxistas”, como “conscientização” e “alienação”.

A crítica fundamenta-se na interpretação da formação social brasileira de seu autor. Em sua trilogia a respeito da formação da sociedade brasileira – *Casa grande & senzala*; *Sobrados & mocambos*; *Ordem e progresso*; originariamente publicados em 1933; 1936; 1957 –, Gilberto Freyre cria uma nova e fecunda interpretação do Brasil. Nesses livros, ao trabalhar com o conceito de civilização, realça o que seriam traços nacionais singulares a partir do estudo da casa grande, a família nuclear, e a relação desta com a formação da personalidade do brasileiro e até com o andamento dos processos sociais. Freyre usa como critério de interpretação o primado da sociedade patriarcal ou a família tutelar brasileira e os processos de acomodação e de subordinação de uma raça à outra, de uma classe à outra, de várias regiões e tradições de cultura a uma só em nossa formação social.

Existe uma tese nuclear em sua trilogia. Para ele, conforme visto, o sistema patriarcal é a forma geral que preside a organização da sociedade brasileira, abrange as ordens política, econômica, social, cultural e étnica; e o mesmo se conserva ao longo dos séculos. O patriarcado agrário e escravista acomodou-se com a Primeira República como o patriarcado escravista se acomodara ao Império. As novas substâncias culturais “desejosas de novas situações tiveram que se acomodar a já antigas formas sociais de convivência e de cultura nacionais. Formas que tiveram de expandir-se ou dilatar-se para acomodar tais substâncias novas” (FREYRE, 1968a, p.142). A sociedade brasileira é vista como “civilização brasileira” em razão da nossa singularidade como povo capaz de equilibrar contradições abissais e devido às nossas origens ibéricas avessas ao racionalismo burguês.

Na interpretação de Freyre (1975), a formação e a consolidação do patriarcado rural ocorrem entre os séculos XVI a XVII, idade de ouro do Brasil. O complexo patriarcal da casa grande é o fator determinante de nossa formação histórica, em virtude da generalidade a todo território da forma de organização patriarcal ou tutelar não apenas da família, como da economia, da política e da sociedade fundadas na miscigenação e hierarquia, na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo e servil.

A partir do século XVIII iniciar-se-ia o declínio do patriarcado rural, que se acentua no século XIX e XX. Trata-se de um declínio entendido como perda de intensidade ou força; como desintegração da sociedade patriarcal e semi-patriarcal; como enfraquecimento, conservação e não desaparecimento ou ruína do patriarcado.

Gilberto Freyre (1968a) parte de uma postura teórica para interpretar o Brasil que considera o conflito um elemento desorganizador da sociedade. Embora trate de elucidar processos de coerção e de subordinação, não faz menção ao conflito. Freyre (1968a) prefere usar o termo antagonismo e enfatiza os processos de acomodação, de conciliação e de contemporização de forças da sociedade, a qual demandaria um delicado equilíbrio de contrastes para reproduzir-se e manter-se em harmonia.

Em *Sobrados & mocambos*, o conceito de revolução é usado para se referir à desintegração da família patriarcal. Alude aos motins, às insurreições e às revoltas na história do Brasil, às invenções e às importações técnicas e tecnológicas, às mudanças ecológicas como o desenvolvimento das cidades, mudanças dos costumes, a despeito da conservação da forma patriarcal de organização. O sentido desse processo de transformação é o de uma “revolução-conservadora”, isto é as transformações existem, mas conservam o essencial para manter o equilíbrio dos opostos.

Freyre (1977) admite que ocorreu uma revolução social e técnica no Brasil no início do século XIX, “revolução se fez sentir poderosamente”, protagonizada pela abertura dos portos em 1808 e pela introdução de máquinas por ingleses. Introdução tecnológica que alterou os estilos de vida, costumes e relações entre classes, raças e regiões. Ela iniciou a substituição “do escravo pelo animal, dos dois pelo colono europeu e a máquina a vapor [...] ao novo ritmo se não de produção ou de trabalho, de existência ou de recreação que muitos adquiriram de repente dos europeus do norte” (FREYRE, 1977, p.541). Essa revolução caracterizou-se pelo deslocamento do prestígio político por meio da transferência de capitais, de escravos, de bacharéis do norte açucareiro para o sul cafeeiro, menos ortodoxamente patriarcal e em cuja economia agrária seria mais fácil a substituição do escravo pelo colono.

Essa revolução social transforma os costumes patriarcais, porém, sem extingui-los. As ruas se aristocratizam e deixam de ser espaço social de “negros”, mascates e moleques. O pai, o avô e o príncipe perdem autoridade para o liberalismo e o filho ganha mais autonomia precocemente com a redução do poder paternal. A intrusão do Estado na vida social transforma-se em realidade, os sobrados são impedidos de jogar lixo nas calçadas das ruas. A adoção e a imitação de modelos franceses e ingleses mudam os hábitos, os padrões estéticos e culturais, em detrimento do trato rústico e matuto, mas experiente, do senhor rural, da culinária da casa grande e das manifestações culturais trazidas pelos “negros” africanos. Estes são proibidos de jogar capoeira, de rezarem para seus orixás e, até de cantarem e assobiarem nas ruas enquanto trabalhavam.

Essa “revolução branca” impôs a supremacia do patriarcado urbano sobre o rural, dos bacharéis e imigrantes europeus sobre os velhos senhores rurais e os “negros”. A substituição do azeite de peixe ou de mamona e da vela pela iluminação no Rio de Janeiro, em 1852 por Irineu Evangelista, provocou “uma revolução na paisagem brasileira”, facilitou a dispersão da família patriarcal, marcando a transição da vida doméstica para a urbana. Trata-se de uma revolução de sentido nitidamente burguês, capitalista, urbana, industrial, mas incapaz de alcançar plenitude, uma vez que conserva a forma patriarcal e a ela se antepõe inúmeras resistências inscritas tanto na personalidade, como na cultura.

De forma positiva, Freyre (1977) enaltece a matriz cultural ibérica que, como sustenta, se misturou, de modo democrático, com a matriz cultural indígena e africana nos trópicos, mistura e acomodação que gerou uma cultura e uma civilização única e avessa à racionalidade burguesa. Para ele, enquanto povo, nós somos mais o resultado da reciprocidade e amálgama de culturas, do que choque de antagonismos e conflitos explosivos. Esses predicados são encontrados tanto na personalidade dos agentes quanto nos processos sociais. Na concepção de Freyre há uma continuidade entre personalidade e processo social.

A revolução que atravessa os séculos XIX e XX, para Freyre, conservou a forma sociológica patriarcal que nos torna uma civilização única, além do apenas moderno: menos burguesa do que imaginamos, pois o tempo ibérico é distinto do tempo inglês. O conceito ibérico de tempo cultivaria o viver ludicamente, tendendo a harmonizar-se com a natureza. É o tempo telúrico e experimental, tempo dos compromissos adiáveis contra o tempo exato, mecânico e tirânico do relógio. A “revolução-conservadora”, ocorrida ao longo do século XIX e XX, salvaguardou a singularidade da civilização brasileira ao preservar a forma patriarcal.

Nesta revolução os filhos de Brutus, representantes da velha sociedade, não foram imolados. Pelo contrário, na “civilização brasileira”, a classe dominante, o patronato rural, ao

invés de transferir pelo conflito ou pela guerra civil o poder econômico e político, o faz por meio de casamentos. Os novos ricos lutavam é por títulos nobiliárquicos como meio para pertencerem às famílias poderosas, critério fundamental da estratificação em raça, classe e região. A burguesia afidalgada dos sobrados queria era fazer parte dos privilégios da casa grande, local por excelência da acomodação dos contrários.

A mobilidade horizontal e vertical dependeria, no entanto, da capacidade individual, a despeito da raça, da classe e da região condicionarem, uma vez que a competição era aberta a todos: inclusive negros e mulatos! Inicialmente, o poder do senhor rural é transferido para seus filhos e genros, bacharéis em direito, medicina ou engenharia. O bacharel, em contraste com “a sabedoria prática dos velhos administradores, homens com conhecimentos concretos da terra”, representa os novos tempos e o poder do Estado. Mulatos e não radicais esses bacharéis contribuíram para acomodar e amalgamar os regimes patriarcal e burguês no Brasil, afirma Freyre (1977).

Para Freyre (2004), as classes dominantes locais que governaram o país souberam desde sempre manter a ordem e até conciliá-la com o progresso. Um conjunto de atributos é característico desta classe dominante. Nos termos de Freyre: a conciliação, a contemporização, o equilíbrio, a conservação e exaltação de valores ancestrais, a defesa da unidade brasileira, do desenvolvimento harmônico da economia e da cultura, a lealdade, o favor, aversão aos extremos, o paternalismo autoritário, o espírito másculo, viril, o ser amigável, personalista, a ausência de rancor, animosidade, ódio, a tendência à postergação. Em contraste com a tradição bolivariana, segundo Freyre, são classes dominantes caracterizadas pela moderação, constância pacifista, pelos valores da ordem, autoridade, hierarquia, fidelidade, gratidão, pela caridade e placidez ou serenidade e plasticidade brasileira. São:

[...] brasileiros, brancos livres, já seguros de sua condição social tanto de brancos como de livres, parecem ter se requintado em hábitos como que afirmativos de uma situação, além de social, cultural, difícil de ser atingida de repente por gente de outras origens: neobrasileiros, africanos e europeus nas suas origens. Um desses requintes, o do asseio, o da limpeza, o do apuro na higiene pessoal, no traje e no calçado, o da elegância burguesa ou aristocraticamente europeia nas modas, com um ou outro americanismo ou brasileiro - o chapéu do Chile, por exemplo - admitido entre as modas inglesas e sobretudo francesas seguidas pela gente de prol das gentes aristocráticas da Inglaterra e da França. (FREYRE, 2004, p144).

A “gente de prol” brasileira possui seus requintes, documentados por Freyre (2004). No início da República, diz ele, havia uma elegância burguesa e aristocraticamente

européias, uma imitação nos modos e costumes das aristocracias da Inglaterra e da França, como brancos aristocratizados, instruídos, civilizados, europeizados, endinheirados. Diferença só aos poucos descoberta pelos libertos, mas almejada por imigrantes ricos, bacharéis e novos ricos.

Freyre tece uma mística do patronato rural e das classes dominantes, mostrando seus padrões culturais de apego ao compromisso, à moderação, à preservação da ordem como elemento fundamental que posterga as pressões da história. A forma patriarcal modela as classes dominantes brasileiras, a experiência secular e tradicional de domínio destas classes permite caracterizá-las por certos traços culturais, na visão do autor.

A elite dominante brasileira sempre soube assumir um compromisso equilibrado entre as pressões para a mudança, viessem elas de fora ou de dentro do país. Ela só falhou num único episódio, o da abolição da escravidão, da qual os jovens republicanos se aproveitaram, explorando sentimento de grupos prejudicados, para provocar a mudança de regime (SEVCENKO, 2004, p.24)

Gilberto Freyre ao fazer apologia das classes dominantes patriarcais que comandaram o Brasil no passado, tencionava reservar um lugar e um papel político importante para a classe social dos latifundiários na nova ordem burguesa e no pacto agroindustrial iniciado em 1930, como já mostrou Bastos (1994).

Freyre tem horror ao “messianismo”, ao “sangue das revoluções marxistas, ao coletivismo”. Tem consciência dos “perigos de conflito entre capital e trabalho”, daí sua preocupação com a questão social em moldes paternalistas e assistenciais. O ideal de Freyre, exposto ao longo de sua trilogia, que “encapsulou mais de quatro séculos de história em três sínteses sincrônicas consecutivas” (SEVECENKO, 2004, p.23), é a “revolução-conservadora”, na qual ao desejo de progresso se antepõe à conservação da ordem, traço recorrente da tradição política brasileira. Traço este associado à família patriarcal, ao sistema latifundiário monocultor e escravista da casa grande, à hierarquia, ao mando, à disciplina, à harmonia entre homem, classes, nação, raças, sexos, à consagração do princípio autoritário, à ditadura, à forma autoritária de governo paternalista. Assim, o critério de Gilberto Freyre (2004, p.41) para pensar a revolução como processo histórico de média e longa duração é a “acomodação do passado com o futuro”, a manutenção do poder dos velhos latifundiários.

As revoluções sangrentas são episódios ligados à América espanhola, mas não ao Brasil, na visão de Freyre (2004), pois na versão da história brasileira, narrada por ele, inexisteram as transformações radicais abruptas, em razão da forma patriarcal, de alguns brasileiros, estrangeiros e a forma monárquica de governo. Em nossa história Freyre identifica

a “constância da ordem”, da unidade territorial, da propriedade e da “glória do Brasil”. Segundo ele esses princípios foram mantidos pela Primeira República e assim deveriam continuar ao longo da história futura: a conservação de nosso passado e de nossas singularidades, a preservação da forma patriarcal que se atualiza e rege as relações sociais, econômicas, políticas, apesar das transformações técnicas.

Em *Ordem & Progresso*, o termo revolução é usado para se referir à “revolução de 1889”, republicana inspirada no positivismo e não nos ideais libertários e igualitários da revolução francesa adotados pelos movimentos “caudilhescos” da América Latina bolivariana em suas inquietações, salienta Freyre. Segundo ele, os positivistas brasileiros desconfiariam dos métodos empregados na França em 1889. É usado também para se referir à reação da armada em 1893. O termo é usado também para designar à revolução cubista e à revolução dos costumes no Brasil no século XIX. Freyre usa as expressões “revolução pura” e “revolução branca” para se referir ao seu ideal de “revolução-conservadora”. Freyre não enaltece as vantagens da revolução, pois se identifica com a classe dominante patriarcal, latifundiária, e, conforme declara, não se ilude com a “metafísica democrática”.

Igualmente, a classe dominante latifundiária, no período de 1959 a 1964, imediatamente após a Revolução Cubana, tornou-se inimiga da ideia de revolução, procurando deslegitimá-la através de discursos e propagandas políticas veiculados pelos meios de comunicação e pela imprensa. É o que revela a historiografia recente.

Os latifundiários de Pernambuco, segundo Porfírio (2009), elaboraram um pensamento político avesso às transformações que estavam em curso no governo João Goulart. Mobilizaram a imprensa no sentido de desqualificar as causas reformistas e nacionalistas. As táticas usadas consistiam em: homogeneizar diferentes ideologias progressistas sob a alcunha de comunista; apresentar as lutas por sindicalização dos trabalhadores rurais como ameaças à propriedade privada. Assim, as lutas dos trabalhadores rurais poriam em risco a família, a paz social e a religião, pois era obra de agitadores comunistas. Trabalhadores eram apresentados pela imprensa como se fossem manipulados, ingênuos, vítimas dos comunistas.

As classes dominantes de Pernambuco, segundo Porfírio (2009) incluíram no vocabulário da revolução brasileira as ideias de medo, de ameaça, de intranquilidade, de levante armado dos trabalhadores rurais, de extrema pobreza transformada em sinônimo de perigo, de medo, em conexão com incêndios, ocupação de terras, mortes. Revolução, aos olhos dos latifundiários, era uma ideia “perigosa, sinônimo de violência e desordem, sobretudo com o desrespeito às leis, à família e à religião” (PORFÍRIO, 2009, p.121). Na

visão deles, revolução era sinônimo de ameaça e de perigo para todos. Era associada às guerrilhas e ao povo armado, à violência, à forma de governos ditatoriais que trariam de volta a barbárie e a escravidão. As greves, as ocupações de terra, os incêndios de canaviais eram apresentadas como indicadores de que a revolução comunista estaria se aproximando e provocaria desordem. Os latifundiários faziam agitação política contrarrevolucionária através de propaganda política ideológica de reação na imprensa e no rádio.

Logo após o golpe militar-empresarial, em Recife, no dia 09/04/1964 uma multidão de 200 mil pessoas participou de um ato político em apoio ao golpe, organizado pela Cruzada Democrática Feminina, movimento anticomunista das mulheres de classe média de Pernambuco, financiado pelo IPES. Um ilustre personagem, identificado com as crenças, medos e desejos dos latifundiários pernambucanos, subiu ao palanque para discursar e comemorar o golpe, Gilberto Freyre (REZENDE, 2000).

O discurso foi publicado com o título "Brasil não admite noite terrível em que só brilham estrelas sinistramente vermelhas". Um manifesto anticomunista, contra aqueles que pretendiam impor suas "ideologias tirânicas", "tão antibrasileiras quanto desumanas". Após elogiar os generais militares (Gaspar Dutra, Castelo Branco, Cordeiro de Farias, Justino Alves...) que souberam redefinir os horizontes do Brasil, diz Freyre:

Aqui estamos, unidos, para dizer basta ao comunismo colonizador, ao imperialismo comunista; a todos os imperialismos; a todos os ladrões - os de liberdades brasileiras e os de dinheiros públicos; a todos os ricos, exploradores dos pobres; a todos os poderosos opressores dos fracos; a todos os misticadores da mocidade; a todos os corruptores da cultura universitária; a todos os traidores do Brasil (FREYRE, apud FALCÃO, 2001, p.11).

Freyre endossa a histeria anticomunista para justificar a intervenção dos militares em 1964, no sentido de tomar o poder do governo João Goulart pela força. Versão ainda hoje consagrada pela historiografia defensora do golpe.

É importante salientar, porém, como lembra Moniz Bandeira (2011), que a vala comum do anticomunismo serviu como pretexto usado pelos EUA para impedir que o Brasil se transformasse em potência industrial.

Havia uma crença, presente em textos da época, segundo a qual o Brasil iria dar certo como país. O Brasil dispunha de grande unidade territorial e demográfica, tinha tudo para ser uma "potência mundial". "Graças ao seu dinamismo, o Brasil é hoje em dia um dos raros países que têm possibilidade de se tornar num futuro previsível, uma grande potência, no sentido em que são os EUA e a URSS" (LAMBERT, 1967, 38), acreditava um

brasilianista. Álvaro Vieira Pinto, filósofo nacionalista de esquerda, tinha a mesma convicção: “Convém não esquecer que o Brasil figura entre as duas ou três nações do mundo atual que possuem condições de alcançar o plano máximo de grande potência, mediante rápido e iminente desenvolvimento” (VIEIRA-PINTO, 1960b, p.500).

Moniz Bandeira (2011) defende que as relações entre Brasil e EUA não foram amigáveis e tampouco de total submissão do Brasil aos interesses dos EUA. As relações entre os países, entre 1950 e 1988, foram marcadas pela existência de contradições e de uma crescente rivalidade entre os países por conta do projeto de industrialização do Brasil. Antes do golpe de 1964, o anticomunismo e o anti-bolchevismo, usado como justificativa para o mesmo obscureceu o caráter nacionalista do movimento em torno de João Goulart, contribuiu para ofuscar os espíritos e “confundir” a alta oficialidade das forças armadas. Sob a alcunha do anticomunismo foram derrotadas as tendências nacionalistas no Brasil.

Considerações Finais

Para Freyre, no período republicano mantinha-se a “configuração até certo ponto paternalista do processo social de ser governo autoritário dentro de uma sociedade democrática na estrutura: inclusive na mobilidade entre raças, classes, culturas e populações de regiões diversas” (FREYRE, 2004, p.527). Essa interpretação do Brasil como sociedade democrática na qual não havia preconceito de cor, mas convivência democrática entre as raças e abertura dos processos de competição e ascensão social torna-se senso comum e até consenso ao longo da década de 1950, devido à difusão dessa imagem do Brasil com apoio do Estado Novo.

Prova deste sucesso das ideias de Gilberto Freyre é a homenagem que recebe da Estação Primeira de Mangueira, no ano de 1962, pela publicação do livro *Casa Grande & Senzala*. Tema do enredo e do desfile desta escola de samba popular do Rio de Janeiro que colocou três mil pessoas em 32 alas na avenida Rio Branco. A escola ficou em quarto lugar no Grupo Primeiro³.

Pode-se afirmar que Freyre, como um ideólogo do patronato rural, teceu uma interpretação do Brasil e uma concepção de mudança social que, ao salientar a necessária permanência da forma sociológica criada pelos latifundiários, elaborou uma narrativa que convém à reprodução material e à preservação da força política desta classe social, ainda que

³ Fonte: <http://www.galeriadosamba.com.br/carnavais/estacao-primeira-de-mangueira/1962/2/> Acesso 02/06/2015.

a mesma tenha que compartilhar o poder econômico e político com outras frações de classe. Nesse sentido, Marx parece estar correto ao afirmar que:

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes aprendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX, 2007, p.47).

Com efeito, não pretendo conceber as ideias de Freyre enquanto falsas, como defende a interpretação reducionista deste livro. A grande contribuição de Marx e Engels (2007) para a história das ideias através do conceito de ideologia é que se, antes, a verdade podia ser identificada em representações, formulações teóricas ou encontrar-se escondida por detrás do mundo empírico, a partir da contribuição desses autores, o conflito entre diferentes pretensas verdades encontra seu foco esclarecedor nos interesses econômico-político e sociais que subjazem tais pretensões.

A ideologia, para Marx e Engels (2007), diz respeito, entre outras coisas, a um embate ou conflito entre ideias na imposição de uma verdade. No estabelecimento de um sentido teórico e prático para as coisas, seu esclarecimento encontra-se, portanto, nas contradições reais das quais emanam os interesses subjacentes às ideias. Desse modo, a imposição do sentido ou de uma forma de interpretação não diz propriamente a verdade, mas exprime a força de determinada classe social na imposição de sua perspectiva, de seus interesses no valor das coisas e nos processos sociais através de seus mais destacados teóricos. Para existir, a verdade passa a depender de confrontos e conflitos que, para além do debate entre ideias, têm o foco esclarecedor as relações sociais reais.

Assim, a luta de imposição de sentido ou de verdade para o mundo está entrelaçada com determinados interesses econômicos, políticos e sociais dos indivíduos, da classe social que eles pertencem ou representam, ainda que de modo inconsciente por meio de sua posição econômico-social, de suas crenças, valores e preferências. *A Ideologia Alemã* renova o estudo da verdade e da história das ideias, na medida em que estas deixam de ser constatação tranquila, passando a envolver interesses e conflitos práticos e políticos.

Nesta chave-explicativa podemos compreender o enraizamento político e social das ideias de Freyre (1977, 2004), pois, segundo ele, estamos fadados às revoluções-conservadoras, entendidas como processos de média e longa duração que preservam com tenacidade a forma patriarcal de ordenamento das relações sociais, econômicas e políticas. Forma de organização da personalidade, da família e dos processos sociais advinda e assenta-

da no latifúndio, na monocultura e em processos de trabalho sucedâneos à escravidão, mas que portam seu legado, ainda que sob a forma assalariada.

Freyre recusa, silencia e questiona a categoria revolução brasileira, mas nem por isso nega a existência de uma revolução na formação social brasileira, a qual teria se iniciado com abertura dos portos em 1808 e se estendido de modo processual durante o século XIX até o século XX. Tal como a civilização brasileira, essa revolução é singular, é designada pelo oxímoro “revolução-conservadora”.

Verifica-se, portanto, a existência de um fundamento teórico dos posicionamentos políticos de Freyre que estão em congruência com os interesses e posicionamentos políticos dos latifundiários, tanto em 1937 quanto em 1964. Para ele, na formação social brasileira a continuidade social da forma patriarcal é o elemento de coesão no interior da mudança revolucionária ao longo dos séculos XIX e XX. Esta forma geral, presente em todo território brasileiro, pressupõe a consciência desigualitária: a “ausência completa da ideia ou do sentimento de consciência igualitária” (FREYRE, 1977, p.494). O patriarcado, como forma sociológica, sobrevive ao declínio da família patriarcal, seria como que uma necessidade para a manutenção do equilíbrio entre opostos, contrastes e antagonismos.

Freyre pretendia escrever um livro intitulado *Jazigos e covas rasas* para mostrar a pertinência desta tese para a compreensão da sociedade brasileira no século XX. Segundo ele, o patriarcalismo continua a reger a ocupação do espaço, as relações entre homens e mulheres, pais e filhos, vivos e mortos e, sobretudo, enquanto “sabedoria da contemporização”, a tenacidade desta forma sociológica regeria os processos de mudança social na sociedade brasileira.

Referências

AFONSO, Ruy. **A primeira revolução social brasileira (1798)**. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

AMARAL, Ignacio. Manuel de Azevedo. **Ensaio sobre a revolução brasileira: 1931-1934** (contribuição para o estudo dos problemas da brasilidade) Rio de Janeiro, 1963.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro, ed 34: 1994.

BANDEIRA, Moniz. **O caminho da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1962.

_____. **Brasil -EUA: A rivalidade emergente (1950-1988)**. 3 ed. Rio de Janeiro (1950-1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BASTOS, Elide. **As criaturas de Prometeu**: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2006.

COSTA, Bolívar. **Quem pode fazer a revolução no Brasil?** Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1962.

FALCÃO, Joaquim A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP. In:____; ARAUJO, Rosa Maria Barbosa. **O imperador das ideias**. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2001.

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: MORAIS, Pessoa. **Sociologia da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

FREYRE, Gilberto. Prefácio a 2 edição. Prefácio a 1 edição. Introdução a 2 edição. **Sobrados & Mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1968a. 1 tomo

_____. Prefácio a 3 edição. **Sobrados & Mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1968b. 1 tomo

_____. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. **Sobrados & mocambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 5 ed. Rio de Janeiro Livraria José Olympio Editora, 1977. Tomos I e II.

_____. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global Editora, 2004 [1957].

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

HADDAD, Jamil Amansur. **Revolução cubana e revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 7 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

JOBIM, Danton. **A experiência Roosevelt e a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

JUNIOR, Diniz. **Uma etapa da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Dnp,1938.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2006.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. 3 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1967 [1958].

MAIA, João Marcelo. Caminhos e descaminhos da revolução brasileira — uma leitura das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Florestan

Fernandes. **Revista Intellectus**. Ano 03. Vol. I – 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAIS, Pessoa. **Sociologia da revolução brasileira: análise e interpretação do Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.

OLIVEIRA, Franklin de. **Que é a revolução brasileira?** Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962a.

_____. **Revolução e contrarrevolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962b.

PAGANO, Sebastião. **O Conde dos Arcos: e a revolução de 1817**. São Paulo, SP: Nacional, 1938.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: Unesp, 2005.

PERI, Marcos. **Perspectivas da revolução brasileira**. São Paulo : Autores Reunidos, 1962.

PERI, Marcos. *Perspectivas da revolução brasileira*. São Paulo : Autores Reunidos, 1962.

PRADO-JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PORFÍRIO, Pablo. **Medo, comunismo e revolução (1959-1964)**. Recife: Editora UFPE, 2009.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

_____. **Mito e verdade sobre a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

REZENDE, Antônio Paulo. Gilberto Freyre: O caminho da Casa-grande. **Cad. Est. Soc. Recife**, v16, n2,p.301-330, jul/dez, 2000.’

SANTOS, Amilcar Salgado dos. **A revolução brasileira na Amazônia: notas para à historia da Amazônia**. São Paulo: [s.n.], 1931.

SEVCENKO, Nicolau. A modernização do mestre do Recife e a modernização mesquinha da República. Apresentação. In:FREYRE, Gilberto. **Ordem & Progresso**. Rio de Janeiro: Global, 2004.

SILVEIRA, Urias Antônio da. **Galeria histórica da revolução brasileira de 15 de novembro de 1889: que ocasionou a fundação da Republica dos Estados-Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro.Typographia Universal de Laemmert, 1890.

SKINNER, Quentin. (2007). **Lenguaje, política e historia**. Bernal: Universidade Nacionalde Quilmes, 2007.

_____. **As fundações do pensamento político moderno.** Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha.** São Paulo; Rio de Janeiro: Nacional, 1939.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958.

_____. **Introdução à revolução brasileira.** 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963.

TÁVORA, Juarez. **Á guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924** – 1 vol. São Paulo: O combate, 1927.

VIEIRA-PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional.** A consciência ingênua. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960a.

_____. **Consciência e realidade nacional.** A consciência crítica. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960b.

VINHAS, Moisés. **Operários e camponeses na revolução brasileira.** São Paulo: Editora Fulgor, 1963.